

Adusp

INFORMATIVO

Fórum pede ao Cruesp que marque primeira rodada de negociações na semana de 19/4

Desafio é construir a data-base de 2010 com novo/velho método de negociação

Anote na sua agenda: no dia 3 de março teremos Assembléia Geral da Adusp. É mais um passo importante na preparação da Campanha Salarial de 2010. Mesmo porque, à medida que se aproxima a data-base, que é 1º de maio, o Fórum das Seis vem tomando providências para evitar que os reitores retardem as negociações.

Em 12/2, o Fórum enviou ofício ao presidente do Cruesp, professor João Grandino Rodas, no qual observa que em 2009, “ainda que a Pauta Unificada de data-base” tenha sido entregue à reitora Suely Vilela, então presidente do Cruesp, “em 16 de abril, a primeira reunião de negociação ocorreu somente no dia 18 de maio”.

Não podemos esquecer que a argumentação central do Cruesp para encerrar a data-base de 2009 em 30 de junho foi a falta de recursos. Isso não impediu que as três universidades propusessem

mudança na carreira docente com a inclusão de níveis horizontais e que a USP instituisse o Prêmio de Excelência, iniciativas que também oneram os orçamentos que só permitiram o pagamento da inflação do ano!!!

“Respeito”

Desse modo, o Fórum, por considerar que “o processo de negociação pode, e deve, ocorrer num patamar superior de respeito à comunidade acadêmica”, solicitou a Rodas que “a primeira reunião deste ano, entre o Fórum das Seis e o Cruesp, ocorra na semana que se inicia no dia 19 de abril, quando já estarão disponíveis os dados acerca da inflação do período, bem como outros indicadores relevantes, e que seja precedida de uma reunião com a Comissão Técnica”.

Concomitantemente, o Fórum assumiu o compromisso de protocolar a Pauta de Reivindicações 2010 até o dia 30 de março. Por fim, citou

“o compromisso celebrado entre o Cruesp e o Fórum das Seis (cópia em anexo), em 10 de abril de 1991, de que ‘será feita necessariamente uma revisão salarial semestralmente, pelo menos’”.

Além disso, não custa lembrar que esse compromisso de 1991 elege o dia 1º de maio de cada ano “como data base para negociação salarial” tanto de docentes como de funcionários técnico-administrativos.

Valorização

“O Fórum das Seis reivindica um reajuste que valorize o trabalho realizado pelos servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza”, define o professor João Chaves, professor da Unesp e coordenador do Fórum. “Penso que, para isto, a correção dos nossos salários deva compreender, pelo menos, três dimensões: a reposi-

ção da inflação no último período; uma parcela que possa recuperar paulatinamente o nível salarial que tínhamos em maio de 1989 e, para além disso, uma correção que reduza as enormes diferenças entre os menores e os maiores salários”. Essas questões serão tratadas pelo Fórum em sua reunião de 23/2.

O professor afirma que os dados da execução orçamentária das três universidades “demonstram claramente a existência de recursos suficientes para uma valorização expressiva dos níveis salariais atuais, dignificando o trabalho realizado nas nossas instituições, inclusive no Centro Paula Souza”.

Ele acredita que a construção democrática da reivindicação salarial do Fórum “certamente fará com que a comunidade acadêmica se mobilize e obtenha dos Reitores um reajuste salarial que contemple os seus anseios, fortalecendo as universida-

des públicas paulistas e o Centro Paula Souza”. Essas instituições, lembra o professor Chaves, são patrimônio de todo o povo do Estado de São Paulo, sendo inestimável sua “contribuição para a produção e difusão de conhecimento, bem como para a formação profissional de gerações de brasileiros”.

Parcela fixa

Na próxima reunião, será fechado um Boletim do Fórum das Seis explicando cada um desses itens, com destaque para a parcela fixa, mais polêmica entre as entidades dos docentes.

Além dos ingredientes salariais, o Fórum das Seis indicou outros cinco pontos para compor a pauta de reivindicações: política de permanência estudantil/gratuidade ativa; autarquização dos hospitais universitários; não criminalização do movimento; ensino à distância; e terceirização/contratações.

Assembléia Geral da Adusp 3/3, 4ª feira, 17h, na História

Pauta: Campanha salarial e Carreira

CENSURA OLÍMPICA?

COB fracassa no intento de intimidar autora de livro

Terminou em recuo a tentativa do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) de censurar um livro paradidático de autoria da professora Katia Rubio, da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE-USP). Depois de exigir o recolhimento de *Esporte, Educação e Valores Olímpicos* (São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009), por utilizar palavras e símbolos de uso supostamente privativo do COB, o comitê, diante da repercussão negativa do gesto, deu o dito por não dito e “autorizou” a publicação e circulação do livro...

O caso teve início com o envio de uma carta de André Richer, vice-presidente do COB, à professora Katia, em 15/1/2010. Na correspon-

dência, Richer comunica à autora que, de acordo com a Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), os termos “olímpico”, “Olimpíada”, “Jogos Olímpicos” e suas variações “são de uso privativo do COB em território brasileiro”; que o símbolo dos Jogos Olímpicos, cinco aros entrelaçados, é registrado mundialmente em nome do Comitê Olímpico Internacional (COI); que o livro sugere uma associação indevida aos Jogos Olímpicos de 2016, “criando uma falsa impressão” de estar oficialmente associado ao projeto olímpico brasileiro.

“À vista do exposto”, conclui Richer, “fica V. Sa. notificada de que deve cessar, imediatamente, o uso indevido, porque não autorizado, das

marcas em questão, recolhendo todos os exemplares colocados à venda e dando-nos, no prazo de dez dias, a cabal garantia, por escrito, de que vai acatar a presente carta-notificação, em todos os seus termos” etc.

Repercussão

Katia, porém, divulgou amplamente as ameaças, recebendo imediata solidariedade de pesquisadores, jornalistas, e, por maioria, da Congregação da EEFE. A *Folha de S. Paulo* publicou matéria e o jornalista Juca Kfourri a entrevistou na SporTV sobre o assunto, que logo repercutiu na Internet.

A professora explica, em carta, que o livro *Esporte, educação e valores olímpicos*

“foi gestado muito antes do anúncio da candidatura do Rio de Janeiro, uma vez que não tínhamos em nosso país nenhuma obra dedicada aos jovens para tratar do tema Olimpismo”. Autora de diversas obras sobre esportes, afirma: “Publicar livros é dever de ofício de pesquisadores, principalmente das ciências humanas, e esse último é mais um entre os muitos que ainda pretendo publicar sobre o tema olímpico. Tenho um livro no prelo sobre as Mulheres Olímpicas Brasileiras. Que faço diante disso?”

Mas o COB “pediu água”. Em nova correspondência enviada a Katia, datada de 5/2, o próprio Carlos Nuzman, presidente do COB, informa que este “não adotará qual-

quer medida judicial ou extra-judicial contra V. Sa.” e admite que a obra em questão é “produção intelectual e, portanto, seu conteúdo não fere os direitos do Comitê Olímpico Internacional”. Por fim, diz Nuzman, “o COB autoriza expressamente a publicação e circulação do livro (...) tal como se encontra nas livrarias”.

Em seu blog, Kfourri anotou: “Até mesmo quando reconhece um erro crasso, o cartola não abdica de sua arrogância, boca torta pelo vício do cachimbo. Porque não cabe ao COB autorizar, expressamente ou não, a publicação de livro algum como está em sua nota. Cabe ao COB, apenas, botar o rabo entre as pernas.”

CERT investiga denúncia de assédio moral na FEA

A Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert) abriu, em 14/12, uma investigação para apurar a denúncia do professor José Siqueira de que sofre perseguições e assédio moral no Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Uma comissão de três docentes foi constituída com a finalidade de ouvir os envolvidos.

O *Informativo Adusp* 298, de novembro de 2009, revelou a ocorrência de assédio moral ao professor Siqueira, bem como a questão da criação da figura dos “professores-bolsistas” no Departamento de Administração, também denunciada por ele e objeto de uma sindicância realizada na FEA. A *Revista Adusp* 46, de janeiro de 2010, trouxe ampla entrevista com o professor, na USP há vinte anos e

ex-coordenador de projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA).

Além da Cert, Siqueira encaminhou a denúncia de assédio moral à Ouvidoria da USP, que ainda não deu seu veredito, e à Comissão de Ética, que encaminhou o caso à Consultoria Jurídica (CJ).

O professor declarou ao *Informativo Adusp* que solicitou ao diretor da FEA a abertura de processo administrativo no caso dos “bolsistas”, e que pretende procurar o Ministério Público: “Vou entrar com uma denúncia mais detalhada das irregularidades, questionando o fato de que são docentes contratados por uma instituição estranha à USP que dão aulas e notas aos alunos da USP”. Os “bolsistas” são contratados e remunerados pela FIA.

PRODUTIVISMO: a que veio, a quem serve?

No próximo dia 11/3, a Adusp promoverá o primeiro de uma série de debates sobre o produtivismo, política cujos efeitos tem sido cada vez mais intensos no cotidiano dos docentes.

Serão nossos convidados, nesse primeiro encontro, as professoras Eunice Durham e Marilena Chauí, ambas da FFLCH; o professor Jorge Guimarães, atual presidente da Capes; e o professor Yaro Burian, da Faculdade de Engenharia da Unicamp.

Como se expressa no próprio título do debate, pretendemos com essa primeira mesa refletir sobre os objetivos e interesses envolvidos na questão. É também nossa intenção publicar um caderno, em que será reproduzida a exposição dos debatedores convidados.

Ainda sobre o tema, confira, em www.adusp.org.br, o link “Produtivismo”.

Adusp reivindica adicional de insalubridade para os docentes que fizerem jus ao benefício

A Adusp encaminhou ofício ao Reitor reivindicando que os docentes que fizerem jus passem a receber o adicional de insalubridade e tenham contagem de tempo de serviço segundo o regime especial.

Vale lembrar que nossos colegas docentes das universidades federais já recebem esse

adicional há anos. Para que essa reivindicação possa ser atendida, a Reitoria precisará, primeiramente, providenciar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) de todos os docentes e elaborar laudo ambiental que alcance o início da atividade insalubre de cada servidor.

Iamspe e IR

Consultados por nós, auditores da Receita Federal confirmaram a possibilidade de deduzir, nas declarações de Imposto de Renda (IR), a contribuição ao Iamspe, no campo de pagamentos efetuados com assistência médica. Essa possibilidade decorre do fato de que os pagamentos efetuados ao Iamspe são destinados à cobertura de despesas de assistência médica ou a ela equiparados.

CNE-MEC aprova fim do credenciamento especial de fundações “de apoio” para oferecer cursos de pós

O Conselho Nacional de Educação (CNE), colegiado do Ministério da Educação (MEC) responsável pela discussão e aprovação das normas que regulamentam o ensino em todos os níveis, aprovou em 27/1/2010 um parecer que põe fim ao credenciamento especial para o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu* por entidades não-educacionais. É o caso dos cursos do tipo “MBA” oferecidos por conta própria por fundações privadas como FIA, Fipe e Fipecafi, ditas “de apoio” à USP. O parecer ainda aguarda homologação pelo ministro Fernando Haddad.

O CNE considera que o credenciamento especial dessas entidades fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê que apenas instituições de ensino podem expedir diplomas acadêmicos. Além disso, o órgão identificou que o objetivo original dessa forma de credenciamento, voltada para instituições tidas como de “inequívoca competência”, se desvirtuou com o grande volume de pedidos de credenciamento. “Verifica-se, por exemplo, a existência de grande número de empresas e institutos aparentemente criados com a finalidade específica da obtenção do credenciamento especial”, dizem os pareceristas.

O oferecimento de cursos *lato sensu* por “instituições especialmente credenciadas”, inexistente ao longo do século 20, foi obra da Câmara de Educação Superior do CNE, por meio da Resolução CNE/CES 1/2001, publicada em 9/4/2001 no *Diário Oficial da União*. No caso das fundações ditas “de apoio” à USP, o artigo 6º da resolução permitiu, indiretamente, que as de maior porte descartas-



Imóvel da FIA no Butantã: “escola de negócios”

sem seus convênios com a universidade e montassem “escolas” de MBA. O selo USP foi substituído pelo selo MEC.

Monopólio?

Claudio Felisoni, presidente da FIA e da Funasp (entidade que reúne 10 fundações “de apoio” à USP), declarou que “o Conselho atendeu ao lobby das faculdades privadas”, as quais desejariam, segundo o professor, monopolizar a expedição de diplomas cancelados pelo MEC. A Funasp promete recorrer da decisão “ao próprio Conselho, ao ministro e, se necessário, à Justiça” (*Folha de S. Paulo*, 29/1).

Imediatamente, a *Folha* publicou editorial (“Cartório acadêmico”, 30/1) atacando a decisão do CNE, afirmando que “a iniciativa pode acabar desvalorizando o próprio reconhecimento do MEC” e que o ministério não age com o mesmo rigor com os cursos de baixa qualidade oferecidos por instituições de ensino.

O *Informativo Adusp* tentou entrevistar os presidentes da FIA, Fipe e Fipecafi,

respectivamente Claudio Felisoni, Carlos Antonio Luque e Iran Siqueira de Lima. Seus assessores informaram que a conversa não seria possível. Os conselheiros relatores do parecer do CNE, Edson Nunes, Milton Linhares e Antônio Carlos Caruso Ronca, não puderam ser ouvidos por motivo de agenda.

Histórico

A primeira tentativa de uma fundação “de apoio” à USP de criar sua própria faculdade foi rechaçada publicamente pela Reitoria, na gestão Jacques Marcovitch. Em 2001, a Fipecafi obteve autorização do MEC para criar a “Faculdade Brasileira de Gestão e Negócios”, com endereço na sede da fundação (à época

na Rua Alvarenga, 2.147, ao lado do campus do Butantã), a qual ofereceria um curso pago de graduação em atuária. Após protestos da então pró-reitora Ada Pellegrini, que falou em “conflito de interesses”, a faculdade foi descredenciada pelo MEC.

Contudo, graças à Resolução CNE/CES 1/2001, a FIA e a Fipecafi obtiveram, em 2003 e 2004 respectivamente, a condição de “instituições especialmente credenciadas” para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* (vide *Informativo Adusp*, edições 193 e 199). A FIA alterou seu estatuto, no qual foi descaracterizado o compromisso de “apoio” à USP, e adotou o slogan “A melhor escola de negócios do Brasil”.

Posteriormente, outras fundações enfrentaram problemas para obter esse credenciamento. A Fipe teve um primeiro pedido recusado pelo CNE, e um segundo pedido foi aprovado por 11 votos a 8. A Fundecto não conseguiu aprovação.

Sesu desmente privatização de HUs federais

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou em nota na seção Painel, no dia 31/12/09, a seguinte informação: “Fernando Haddad (Educação) prometeu entregar até março proposta de reforma na administração dos 42 hospitais universitários. A idéia é transformá-los em fundações de direito privado”.

O *Informativo Adusp* procurou a assessoria de imprensa da Secretaria de Educação Superior do MEC, que desmentiu a informação: “Não há nada

em andamento no MEC em relação à transformação dos HUs em fundações de direito privado, como diz a nota da *Folha*”, afirmou a assessoria por correio eletrônico. “De concreto, o que há de novo em relação ao assunto é o decreto nº 7.082, de 27/01/2010, que institui o programa nacional de reestruturação dos HUs federais [Rehuf]”.

O Rehuf prevê uma alteração na divisão do financiamento dos hospitais entre Ministério da Saúde e da Educação. Pelo sistema

atual, 70% das verbas dos HUs vêm do orçamento do MEC e os 30% restantes são financiados pelo SUS, segundo dado da Agência Brasil. De acordo com o decreto aprovado, esses percentuais devem aproximar-se anualmente até 2012, quando a divisão será de 50% para cada parte. O decreto vem atender a demanda dos reitores das universidades federais, apresentada ao presidente Lula em reunião realizada no primeiro semestre de 2009.

Primeira reunião com o novo reitor

Fotos: Daniel Garcia

Foi realizada no dia 6/1, na sede da Adusp, uma primeira reunião entre a diretoria da entidade e o novo reitor da USP, João Grandino Rodas. Cinco temas foram propostos como pauta pela diretoria: reforma do Estatuto; reforma da carreira docente; financiamento da universidade; fundações; gatilho. A terceirização também foi debatida. O objetivo da conversa, segundo Rodas em sua fala inicial, foi “marcar o início de um canal direto, que seja duradouro ao longo de quatro anos”. O reitor propôs também a realização de reuniões mensais.

Sobre a reforma do Estatuto, a diretoria reafirmou a necessidade de se convocar uma Assembleia, com a participação das três categorias, e que se dissolvesse após a realização da reforma. Em resposta, Rodas defendeu que “ao invés de colocar o Estatuto inteiro em discussão, poderia ser feito um encontro sobre a questão da estrutura de poder”, sendo essa “uma possibilidade de não tomar o todo e ficar sem resolver nada”.

O reitor insistiu na tese: “Não acredito que resolveremos a contento de todos, mas se isso evoluísse, talvez pudéssemos resolver outras questões. Não devemos entrar ainda na questão do processo, mas sim primeiro definir o que vamos discutir. Temos que ser um pouco pragmáticos”, afirmou ele. “A questão é quem vai resolver isso e como”, replicou a diretoria da Adusp. “Se for o Conselho Universitário, não resolve”.

Carreira

Quanto à reforma da carreira docente, foi exposta a crítica ao produtivismo exacerbado, ao fato de a reforma ter misturado estrutura

de poder e carreira e à ausência de motivação acadêmica para a mudança. Rodas afirmou que a reforma foi aprovada, mas não está ainda regulamentada e que, portanto, “não existe ainda um fato consumado, ainda está aberto a discussões”. “Precisamos buscar uma proposta de consenso, porque se cada grupo vier com uma, vai acabar ficando na mesma e não podemos passar 12 anos sem regulamentar, até porque já tem uma proposta”.

A diretoria sustentou que, dada a falta de democracia no processo de discussão que gerou essa proposta, seria desejável refazer a votação, ao invés de simplesmente regulamentar. Ao que Rodas respondeu que “como estratégia, é mais simples retomar a discussão, que será muito difícil”. Por fim, a diretoria expôs que o princípio desse debate deve ser se a nova carreira tem potencial de transformar a universidade no sentido que nós queremos ou não.

Para abordar a questão do financiamento da universidade, a diretoria retomou o histórico de luta por 11,6% de repasse do ICMS para a educação e afirmou que os reitores das três estaduais costumam não tomar parte nas reivindicações por mais verbas. O reitor respondeu: “Temos que ir juntos desde o Cruesp. Das três universidades, a mais dividida é a USP, assim nós vamos sempre ser vencidos. Mas não é no primeiro ano que isso vai se resolver”.

Terceirização

Em meio ao debate sobre financiamento, a diretoria criticou a terceirização, sob o argumento de que trata-se de uma política defendida em nome do corte de custos. Rodas afirmou que, em conversa com o Sintusp, ficou com-



Reunião de Rodas com a diretoria da Adusp, na sede da entidade, em 6/1/2010. Ao lado, o reitor e o professor João Zanetic, presidente da Adusp



binada uma discussão específica do assunto. Ele disse também que é preciso identificar as causas do fenômeno, e sugeriu que a frequência das greves é um motivo, uma vez que a terceirização tornou-se solução para a manutenção de certos serviços.

Outro fator identificado por Rodas é “as pessoas fingirem-se doentes, sem haver uma verificação eficiente quanto a isso”. E disse que é preciso criar metas na universidade para atacar essas causas: “Não se pode desmontar de um dia para o outro, mas podemos criar um plano interno de desmonte disso, baseado numa abordagem científica”.

Quanto ao Gatilho, Rodas afirmou que é uma questão “que já podia estar resolvi-

da”, “um problema para o Estado, que pagará mais, e para aqueles que morreram e perderam o usufruto”. Retomando o assunto mais adiante no encontro, o novo reitor declarou: “Estou disposto como pessoa a ver o que está acontecendo, juntar documentos, sentar, ver de onde vai vir esse dinheiro. Não vou deixar a questão pura e simplesmente na mão da assessoria jurídica”. E sugeriu: “Vamos à justiça sentar para resolver isso juntos”. Propôs uma reunião sobre o assunto logo depois da posse.

Sobre as fundações ditas “de apoio”, disse Rodas: “Num primeiro momento a proposta não deve ser acabar com as fundações, mas pensar regras básicas para unidades que quiserem tê-

las. Por exemplo, *best practices* [N.E.: jargão empresarial que denomina técnicas identificadas como as melhores para realizar determinada tarefa]. No começo não conseguiremos aprovar mais que duas ou três, mas aos poucos se consegue uma regulamentação que nunca se conseguiria aprovar de uma vez”. Para o reitor, “acabar com as fundações depende de conseguir outras fontes de financiamento”. A diretoria afirmou concordar com a necessidade de um processo de transição e mencionou que um exemplo de regulamentação necessária é desvincular quadros administrativos das fundações aos da USP, devido ao conflito de interesses.

Na posse, Rodas fala em diálogo, enquanto a PM reprime manifestantes e prende três

O novo reitor da USP, João Grandino Rodas, tomou posse em evento realizado em 25/1 na Sala São Paulo. Três estudantes foram detidos e vários ficaram feridos após ação violenta da Polícia Militar durante manifestação que ocorria do lado de fora do local. O protesto, que contou com a presença de cerca de 80 manifestantes, foi organizado em conjunto por grupos do movimento estudantil da USP e pela Rede Contra o Aumento da Tarifa.

O ato tinha como objetivo questionar a legitimidade “de um reitor que obteve apenas 1/6 dos votos e ficou em segundo lugar” e reivindicar maior democracia na universidade, segundo informa o blog Pão e Rosas, ligado à Ler-QI (Liga Estratégia Revolucionária-Quarta Internacional), um dos grupos organizadores. Os manifestantes também aproveitaram a presença do prefeito Gilberto Kassab e de representantes do governo estadual para protestar contra o aumento das passagens nos transportes coletivos paulistanos.

Em seu discurso de posse, Rodas reiterou o “diálogo” como norte de seu mandato e pregou o fim da violência. “Que se instale um diálogo real; que se busquem consensos específicos; e, acima de tudo, que impere a boa fé”, disse. “A tarefa mais importante do reitor é propiciar as condições para tanto. Creio não haver outra perspectiva possível: a universidade já desperdiçou demasiada energia; os segmentos já estão cansados após

tantos entevos; e a sociedade não admite mais! Chega da violência, que sempre gera violência!”. A transcrição é do Portal Terra, em matéria publicada no dia do evento (“Pacificador, novo reitor da USP assume defendendo o consenso”).

Bombas

Do lado de fora, os estudantes, munidos de faixas e cartazes, gritavam palavras de ordem e usavam apitos para protestar em frente à porta do estacionamento da Sala São Paulo. “Não estávamos impedindo a entrada dos carros, mas apareceram policiais pedindo que desobstruíssemos a passagem”, conta Fernando Bustamante, estudante da Letras. Ele conta que os manifestantes foram então atacados com cassetetes e bombas de efeito moral.

“Um menino foi jogado no chão, deram uma ‘gravata’ nele e algemaram. Outro apanhou de cassetete na cabeça e ficou sangrando. Depois da primeira prisão e com o ato já disperso, um rapaz foi perguntar aos policiais quem era o comandante da operação e também foi preso”, conta.

Os três estudantes detidos assinaram um termo circunstanciado sob acusação de “desobediência, desacato e resistência” e foram liberados. Segundo o advogado da Rede Contra o Aumento, Lucas Santos, o termo será encaminhado ao Ministério Público, onde o promotor decidirá se abrirá ou não processo.

Rodas propõe “conversa informal” para discutir reforma do Estatuto

No dia 12/2, a diretoria da Adusp reuniu-se novamente com o reitor, desta vez na Reitoria. Representaram a Adusp os professores João Zanetic, Heloísa Borsari, Suzana Salem, Marcelo Pompêo, Maria de Fátima Simões Francisco, Rosângela Sarteschi e Líghia Horodinski-Matsushige. Na pauta, os assuntos escolhidos para esta primeira reunião mensal: estrutura de poder e carreira, tópicos que deveriam constar da reunião do Conselho Universitário (Co) de 23/2.

O reitor abriu a reunião comunicando que assinara duas portarias, por meio das quais concede à categoria dos professores auxílio-alimentação e auxílio-creche. Os funcionários já tinham direito a ambos os benefícios. “Os funcionários já têm, é uma questão de isonomia. Foram feitos estudos de impacto. Saiu hoje a portaria, estou comunicando a vocês”, disse Rodas. As portarias receberam os números GR 4706 e 4707.

O auxílio-alimentação será de 300 reais, no caso dos docentes com vencimento-base igual ou superior ao valor equivalente ao nível MS-5, em RDIDP, ou de 400 reais, para os docentes com vencimento-base inferior ao valor equivalente ao nível MS-5, em RDIDP.

A diretoria da Adusp manifestou ao reitor que a entidade nunca defendeu esses benefícios e sempre reivindicou ganhos na forma de salário, para garantir a paridade entre docentes em atividade e aposentados.

Quanto à pauta propriamente dita, o reitor argumentou que, como ele não incluiu os pontos estrutura de poder e carreira na primeira reunião do Co, sugeria que naquele momento apenas trocássemos algumas idéias sobre eles, dei-

xando para aprofundar a discussão numa próxima reunião.

Poder

Iniciada a discussão preliminar sobre a estrutura de poder, a diretoria lembrou o processo de debates realizado em 1987, por ocasião do III Congresso da USP, e que resultou na construção de uma proposta de novo Estatuto coerente com nossa concepção de universidade: capaz de capacitar para o trabalho e para a reflexão crítica sobre a sociedade, sempre atenta às necessidades e anseios da maioria da população. Esta proposta foi reimpressa em maio de 2008, como subsídio para debates do V Congresso, que não chegou a se realizar.

Foram citados elementos centrais daquela proposta: carreiras docente e de funcionários possuidoras de estrutura simples, com ascensão definida por critérios claros; democratização regimental; eleições diretas para cargos executivos da universidade, que se encerrem no seu próprio âmbito (departamento, unidade, USP); professores doutores e associados poderiam candidatar-se a esses cargos (e não apenas os titulares).

A diretoria também reiterou a proposta de uma Estatuinte, ao que o reitor objetou: “Colocar todos os assuntos de uma vez é o mesmo que colocar nenhum”. Ele propôs a realização de uma “conversa” informal para se discutir se algo pode ser encaminhado como lançamento dessa discussão no Co. “Ainda que tenhamos entendimentos distintos de onde se quer chegar”, é possível, segundo Rodas, “procurar consensos mínimos, provisórios, como lançamento dessa discussão”.

“Estou sozinho hoje”, prosseguiu, “mas o objetivo

não é centralizar, é que vocês tenham mais liberdade de falar. É uma reunião informal para falarmos de forma mais direta. Conversa assim é importante para que possamos orientar o resto. Fazemos reunião nossa primeiro, depois marcamos com pró-reitores etc.”

A diretoria da Adusp manifestou que deseja aprofundar essa discussão sobre a estrutura de poder e entregou ao reitor a proposta estatutária do III Congresso da USP e as resoluções aprovadas em maio de 2008 no Encontro de Docentes ocorrido na semana em que aconteceria o V Congresso da USP.

Transparência

A diretoria da Adusp fez ver ao reitor que entende ser fundamental a formatação de uma discussão transparente sobre democratização da USP e carreira. Assim, insistiu para que na próxima reunião se defina de que forma se dará a discussão do Estatuto; quem poderá opinar; quais serão os prazos da discussão. Sobre a carreira, frisou a importância de se garantir isonomia entre as carreiras docentes das três universidades públicas estaduais, e entregou cópia de ofício do Fórum das Seis que solicita ao presidente do Cruesp “faça gestões no sentido de que sejam temporariamente suspensas as tramitações que tratam da implementação dos respectivos planos de carreira” nas três universidades.

O reitor declarou que proporá ao Co a revogação, por aclamação, da resolução que autoriza a entrada da Polícia Militar no campus, embora a considerasse válida no momento em que foi aprovada. “Psicologicamente a revogação pode ter um efeito interessante”, disse Rodas.

Coseas emudece sobre intoxicação no Clube dos Professores em 4/12/09

Decorridos mais de dois meses do Baile da Adusp, a Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), responsável pela administração do Clube dos Professores, mantém sua postura de indiferença diante da intoxicação que acometeu mais de 60 docentes na ocasião.

A única manifestação oficial da Coseas, até o momento, é o ofício GC 0793, de 18/12/09, em que a coordenadora, professora Rosa Maria Fonseca, limita-se a encaminhar relatório técnico da sua Divisão de Alimentação, intitulado “Comentários em relação ao episódio gástrico ocorrido no dia 4 de dezembro de 2009”.

O relatório informa que só foram contatadas 15 pessoas vitimadas pelo surto, entre as mais de 40 relacionadas; que “Não foi realizada análise microbiológica das preparações [refeições] oferecidas”, e que, em razão disso, “o diagnóstico do agente etiológico ficou indefinido”. Afirma ainda, à guisa de conclusão, que “os sintomas começaram na manhã de domingo (6/12) e manhã da segunda-feira (7/12), indicando que o jantar em questão (jantar do dia 4/12 no Clube dos Professores) não foi a única nem a última refeição utilizada pelos doentes, sugerindo que (...) não foi o causador deste episódio gástrico”.

“Inaceitável”

Insatisfeita com a resposta inicial da Coseas, a Adusp solicitou um parecer sobre o relatório ao professor Flávio Finardi, que atua na área de Alimentos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF-USP). E, em 5/2, enviou novo ofício à professora

Rosa Maria Fonseca, encaminhando cópia do parecer.

O ofício da Adusp, baseado no parecer do professor Finardi, considera “inaceitável que não tenham sido guardadas amostras dos alimentos preparados e servidos na festa para posterior análise” e pede que a Coseas se manifeste sobre o documento, “bem como nos informe quais medidas foram tomadas para que acontecimentos desta natureza não se repitam”. Até o fechamento desta edição, em 19/2, não houve resposta da Coseas.

O professor Finardi compareceu ao baile de 4/12/09 e foi uma das vítimas do que chama de “surto de doenças gastrointestinais”. Ao retornar ao restaurante do Clube dos Professores, em 8/12, perguntou aos garçons “se houve algum tipo de queixa de mal-estar após a festa, e me foi confirmado que uma das pessoas da cozinha foi hospitalizada e que pelo menos um deles teve indisposições semelhantes no domingo”.

Surto de DTA

Na avaliação do professor Finardi, o que ocorreu foi um surto de DTA, isto é, “doença transmitida por alimentos”. O relatório da Coseas, contudo, afirma que os resul-

tados do estudo epidemiológico conduzido pelo órgão “revelaram que o quadro clínico, o período de incubação e a taxa de ataque observados “não são compatíveis” com surto de DTA. O professor critica os procedimentos adotados pela Coseas na investigação:

- “Em dias normais os funcionários da cozinha retiram amostras dos alimentos servidos, mantendo-os sob refrigeração, para eventuais análises se forem necessárias. Em seguida veremos que tal procedimento não foi realizado ou as amostras foram descartadas antes dos alertas de surto.”

- “No caso em questão, somente as matérias primas foram analisadas, com baixa probabilidade de se encontrar o agente patogênico, visto que muitos dos alimentos consumidos foram processados a quente, fato que pode levar à destruição térmica de microrganismos, mas em alguns casos não destrói toxinas produzidas por eles. Vale mencionar que esta hipótese seria pouco provável, devido ao longo tempo decorrido para aparecimento dos sintomas.”

- “O relatório é pouco preciso ao apontar os itens mais consumidos (vinho, filé mig-

non, água e filé de frango) como taxas de ataques altas, citando “outros” (em conjunto) com taxas nada desprezíveis de 50% de ataque. Há que se considerar que o número de entrevistados foi muito baixo em relação aos casos de que a Adusp tomou conhecimento.”

- “A avaliação do fluxograma das etapas de preparação, como consta do relatório, não garante a eficácia da manipulação adequada dos pratos preparados. São diversas as etapas de preparação: higienização das matérias-primas, corte/descascamento/trituração, cocção/fritura/assamento, finalização e conservação do alimento preparado. Sabe-se que a higiene da manipulação é o fator mais importante na preparação de alimentos. Uma simples falha de higiene na manipulação ou nos cuidados de conservação, em temperaturas adequadas para cada tipo de produto, seria suficiente para causar o surto.”

- “O relatório diz ainda que ‘os sintomas variados não indicam um agente etiológico específico causador da ocorrência’, porém deixa de citar que esta hipótese não está de *per si* descartada”.

- “A análise microbiológi-

ca de fezes dos pacientes não é essencial para fechar o diagnóstico quando um número relativamente grande de participantes de um evento relata suspeitas de DTA. No meu entendimento, um inquérito mais minucioso com os pacientes poderia trazer as informações necessárias para, em conjunto com a análise de amostras de todos os alimentos preparados pela cozinha para aquela ocasião, estabelecer o principal agente etiológico do surto.”

- “A possibilidade de tal agente ser de origem viral não deve ser descartada, eventualmente veiculada pelos alimentos. Devo lembrar que a pessoa da cozinha que teve problemas não participou da festa, mas da elaboração e do consumo dos pratos ali preparados”.

O professor Finardi arre mata seu parecer ironizando a conclusão a que chegou o relatório da Coseas: “Finalmente, atribuir a outras refeições fora dos domínios do Clube dos Professores os sintomas apresentados por cerca de 40 colegas, que se encontraram somente naquela noite, não é uma atitude correta para concluir esta avaliação”.

Balanco Financeiro da Adusp - setembro a dezembro de 2009

MÊS	SALDO DO FUNDO DE RESERVA (1)	CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DOS ASSOCIADOS (2)	SALÁRIOS E ENCARGOS	DESPESAS DE COMUNICAÇÃO	DESPESAS GERAIS RESTANTES (3)
Setembro/09	R\$ 1.210.580,16	R\$ 151.185,56	R\$ 85.047,62	R\$ 33.654,54	R\$ 28.145,75
Outubro/09	R\$ 1.217.695,61	R\$ 150.909,59	R\$ 90.451,56	R\$ 28.632,87	R\$ 38.990,34
Novembro/09	R\$ 1.214.105,73	R\$ 151.559,19	R\$ 103.668,13	R\$ 32.571,70	R\$ 55.064,26
Dezembro/09	R\$ 1.169.840,38	R\$ 151.399,66	R\$ 143.902,62	R\$ 10.210,87	R\$ 48.742,08

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembleia Geral;

2) Descontados os repasses ao Andes-SN;

3) Assessoria jurídica, contábil e de imprensa, infra-estrutura, materiais permanentes, campanhas, publicações.

Em seu 29º Congresso, Andes-SN aprofunda debate da carreira e passa a apoiar as cotas

O 29º Congresso do Andes/SN, realizado em Belém entre 26/1 e 1/2, reuniu 305 delegados e 38 observadores, que representaram 58 seções sindicais de universidades federais, estaduais e particulares. “Contrarreforma universitária, ataques à carreira e ao trabalho docente: desafios do Andes-SN na luta em defesa da Universidade Pública” foi o tema central dos debates. A Adusp participou com 11 delegados eleitos e um indicado pela diretoria.

Na avaliação do professor Sérgio Souto (FZEA), um dos delegados, o Congresso foi “bastante profícuo em discussões sobre importantes assuntos para a categoria docente”, pois foram abordados “temas relativos à política educacional e universitária, à carreira docente e precarização do trabalho docente, aos benefícios sociais e previdenciários, à organização sindical dos docentes universitários, à organização geral dos trabalhadores, às políticas afirmativas e de cotas e às estratégias de ação para 2010”.

No entender de Sérgio, a centralidade das ações do Andes-SN foi o principal tema de discussão. “Definiu-se como prioritária a intensificação da relação entre as direções sindicais e sua base, a fim de fomentar a reflexão, entre os docentes, sobre sua própria atuação, em contraponto ao individualismo, à alienação, fruto das políticas meramente produtivistas impostas pelos governos”, explica.

“A maior aproximação ou reaproximação das bases apareceu como bandeira decisiva para fortalecer o Andes-SN e para melhor batalhar pela hercúlea construção de uma nova central sindical”, define outro delegado, o professor Flávio Tavares (Esalq).

Mescla

A professora Rosângela Sarteschi (FFLCH) considerou produtiva a participação da entidade. A composição da delegação concorreu para esse resultado, na sua opinião. “Os delegados eram de origens bastante diversas: *campi* do interior, São Paulo, várias áreas do saber, o que foi bastante rico, expressa diversidade, heterogeneidade. Mesclou gente de bastante experiência com quem ainda não tinha participado, como eu”.

Garantiu-se assim, diz ela, uma troca de experiências: “Tínhamos uma dinâmica interessante ao longo da semana: no começo da manhã a gente se reunia, trocava impressões, agíamos realmente como um corpo”. Neste processo, assinala a professora, uma das descobertas foi a de que “temas que dizem respeito à nossa Universidade também estão sendo problematizados pelos colegas das federais, municipais e mesmo as particulares (em menor número), as questões são as mesmas”.

Rosângela acredita que o Congresso visa dar uma certa unidade ao movimento: “Seu desafio é construir essa unidade na heterogeneidade. Pensar essas questões no âmbito nacional é fazer com que se atinja uma unidade mínima sem escamotear as particularidades de cada universidade ou segmento (federais, estaduais, municipais, privadas). É um problema bastante complexo, exige um trabalho gigantesco. Fiquei impressionada”, admite.

Depoimento semelhante faz o professor Manoel Fernandes (FFLCH): “Aos docentes que puderam participar como delegados das atividades congressuais, como grupos mistos e plenárias, discu-



Parte da delegação da Adusp durante votação: docentes Kimi Tomizaki, Maria de Fátima Simões, Flávio Tavares e Arsenio Peres. Ao lado, Sérgio Souto

tindo as teses de maneira ampla, o sentimento que se tem é de rico aprendizado e, nesse sentido, o Congresso teve um relevante papel na minha formação política”.

Carreira e cotas

“A Adusp apresentou importante contribuição para o debate, através de um texto de apoio, fruto das discussões que tivemos em 2009 quando da modificação da carreira docente na USP”, informa Sérgio Souto. “As discussões apontam para uma carreira vinculada a uma progressão academicamente justificada

por formação continuada/titulação, isonômica e paritária com os aposentados”.

“A carreira interfere de maneira direta no cotidiano do trabalho de professoras e professores, desde aspectos relacionados à autonomia intelectual e aos salários, bem como elementos pertinentes à seguridade social e previdência”, observa Manoel Fernandes. “As resoluções congressuais apontam para os princípios sobre os quais se deve construir uma carreira única, que represente as melhores garantias ao exercício do trabalho diário e segurança aos docentes

e seus dependentes. O debate sobre a carreira tem um sentido social amplo, que passa pela preservação e qualificação da universidade pública, capaz de produzir e disseminar ciência e tecnologia para resolver graves problemas da sociedade brasileira e da humanidade”.

Porém, a grande novidade do Congresso foi a mudança na política de cotas, que a professora Rosângela considera um avanço em tema tão polêmico: “Aprovou-se documento favorável às políticas afirmativas e políticas de cotas em âmbito nacional. Aponta para a necessidade de que essa discussão seja retomada no âmbito da USP. Esse debate tem que entrar na agenda da USP e da Adusp”.

Sérgio Souto, por sua vez, revela sua surpresa com a reviravolta ocorrida: “Sobre este tema, o Andes-SN alterou sua posição contrária à política de cotas. Surpreendeu-me esta deliberação devido à polêmica sobre o tema, à ‘rapidez’, em comparação aos vários congressos em que o assunto foi pautado antes da decisão do Andes-SN contrária à política de cotas, e ao fato de o texto para discussão ter sido apresentado somente na abertura do 29º Congresso”.

“Demandas”

Ao refletir sobre o Congresso, o professor Flávio se disse “inicialmente preocupado com o caderno de textos, que sinalizava dificuldade de apreciar temas que pareciam representar um ‘senso comum’ e temas que pareciam distantes da realidade do trabalho docente superior”.

Para ele, certas questões, embora relevantes no plano político mais geral, “aparentavam destoar dos problemas da vida docente e da carreira, da exclusão produtivista, dos problemas para educar jovens com outros valores e atitudes, da capacitação docente para enfrentar as duras condições de trabalho nas instituições públicas e, principalmente, nas particulares”.

A evolução dos trabalhos ajudou a perceber, diz ele, “que nas discussões estavam presentes questões subjacentes, de domínio de iniciados, indicativas de que muito há que se aprender e entender sobre as correntes políticas abrigadas no Andes”. Mas... “de repente, brotaram das discussões, como prioridade, lutar pelo registro sindical e as demandas da vida docente atual, com destaque para a carreira, os salários e as condições de trabalho”. Segundo Flávio, esses temas devem ocupar as duas chapas concorrentes à direção do Andes-SN.

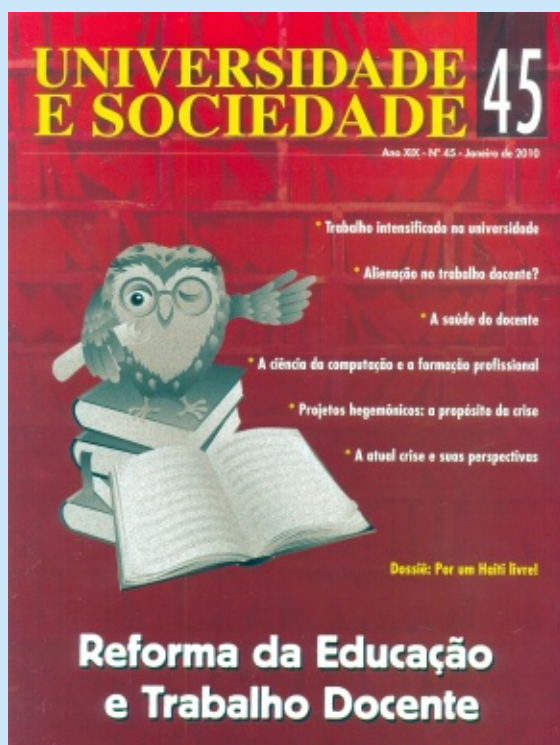
Agenda

3 de março, quarta-feira, às 17 horas, no Anfiteatro da História
Assembléia Geral da Adusp. Pauta: Campanha salarial e carreira docente

11 de março, quinta-feira, às 17 horas, no Anfiteatro da História
Debate “Produtivismo: a que veio, a quem serve?”

Convidados: Eunice Durhan, Marilena Chauí, Jorge Guimarães, Yaro Burian

Revista *Universidade e Sociedade*



A Comissão Editorial da revista *Universidade e Sociedade* informa que o prazo final para apresentação de contribuições para a sua próxima edição, de número 46, é 22 de abril do corrente ano. Desta vez, o tema será “Política de Cotas na Universidade: acesso, permanência e democratização”.

As informações detalhadas sobre o formato das contribuições podem ser encontradas na página do Andes-SN (www.andes.org.br) e deverão ser encaminhadas por e-mail para a Regional São Paulo (andesregsp@uol.com.br).

Ação do Gatilho

Como noticiado no *Informativo Adusp* 299, recebemos da Reitoria, em 11/12/2009, um CD com uma planilha contendo informações para o cálculo das diferenças relativas ao ano de 1987, referentes aos recebimentos de cada beneficiário. A estrutura da planilha estava pouco amigável e nosso setor de informática organizou-a em um banco de dados. O GT-Gatilho fez uma análise dos dados encaminhados pela administração e está concluindo um relatório preliminar de inconsistências encontradas para submeter à apreciação da Reitoria.

Enquanto isso, a justiça continua cada vez mais lenta: a manifestação protocolada pela Reitoria em 30/10, em que declarava não fazer qualquer objeção ao pedido da Adusp para que se iniciasse a execução da sentença para os beneficiários constantes da lista incontroversa, ainda não foi apreciada pelo juiz.

Por outro lado, em reunião com a diretoria da Adusp em 6/1/2010, o novo reitor, professor João Grandino Rodas, manifestou claramente sua intenção de agilizar o processo de pagamento da ação do gatilho.

CARREIRA DOCENTE

Juiz julga improcedente o pedido cautelar da Adusp

O pedido cautelar formulado pela Adusp na 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, para que a Universidade de São Paulo apresentasse todos os documentos envolvendo o processo de votação ocorrido no Conselho Universitário (Co) relativo à alteração da carreira docente, foi julgado improcedente, com fundamento exclusivamente na inexistência de urgência para a concessão da medida liminar.

Apesar de a decisão judicial

rechaçar a incansável tentativa da USP de alegar ilegitimidade da Adusp na propositura da ação e ainda, vislumbrar a possibilidade de discussão do direito da representação de um dos membros da Co, entendeu inexistir perigo imediato de destruição dessas provas, e negou a concessão da liminar.

A Adusp vai recorrer dessa decisão, bem como ingressar com a ação principal anulatória da decisão do Co de 4/3/2009.